

Relatório parcial pode ser adiado

A CPI do Orçamento poderá desistir de fazer um relatório parcial, com as primeiras sugestões de cassações de mandatos de parlamentares envolvidos. A mesa da CPI está sofrendo pressões, principalmente do PMDB e PFL, para que seja feito apenas um relatório, no final das investigações, com o nome de todos os envolvidos. O PMDB, através de um de seus membros da CPI, deputado Roberto Rollemberg (SP), já adiantou que recorrerá à presidência da Câmara, com base no regimento interno, contra o relatório parcial. O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), também da CPI, argumenta que os relatórios parciais são anti-regimentais e discriminatórios. A decisão ficou para hoje.

Ontem esta questão tomou boa parte das discussões da primeira reunião do dia da CPI, que durou quase cinco horas. A discussão foi levantada por Roberto Rollemberg, mas já tem apoio de toda a Subcomissão de Emendas Orçamentárias e do PT. O relator da CPI, deputado Roberto Maga-

lhães (PFL-PE), que inicialmente era contra o relatório parcial e acha, agora, que esta é a melhor forma de agilizar os trabalhos, admite as pressões para que seja feito apenas um relatório, mas garante: "Se depender de mim será mantido o relatório parcial". O coordenador da Subcomissão de Emendas Orçamentárias, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), também acha que não deve haver relatório parcial. "Há riscos de um esvaziamento da CPI após este relatório", afirma. São diversos os motivos alegados para o adiamento. O principal deles, porém, é que os parlamentares que entrarem no relatório parcial poderão parecer, para a opinião pública, como mais culpados que os outros, embora o critério a ser usado pelo relator é de citar apenas os que já prestaram depoimento. Foi para não entrar no relatório parcial que o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) protelou seu depoimento.

O temor dos parlamentares de

entrarem na lista do relatório parcial já foi notado pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). Segundo ele, depois da decisão de se fazer o relatório parcial, os parlamentares investigados que se ofereciam para depor desapareceram.

Uma das poucas vozes a defender o relatório parcial é o senador Luiz Alberto (PTB-PR). Segundo ele, há mais riscos de o corporativismo entre os parlamentares funcionar se todos os parlamentares que poderão perder os mandatos entrarem em apenas uma lista.

O presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), também saiu em defesa de Magalhães, e confirmou que há uma campanha para desmoralizar a CPI. "Há uma intensão deliberada de atingir o relator. Como deputado mais votado de seu estado, nada mais normal que apresente emendas, o que não comprova qualquer ilícito", disse Passarinho.